

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Conselho de Ministros

Resolução n.º 60/2002 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º dos Estatutos da CP — Caminhos de Ferro Portugueses, E. P., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 109/77, de 25 de Março, conjugado com o n.º 4 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, os membros do respectivo conselho de gerência são nomeados e exonerados pelo Conselho de Ministros.

Sobre o objecto da presente resolução foi ouvida a comissão de trabalhadores da CP, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 10.º dos referidos Estatutos.

Assim:

Nos termos da alínea *d*) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Nomear, sob proposta do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação, o licenciado Ernesto Jorge Sanchez Martins de Brito para o cargo de vogal do conselho de gerência da CP.

2 — Determinar a produção de efeitos da presente resolução a partir da data da sua aprovação.

4 de Julho de 2002. — O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

Currículo

Nome — Ernesto Jorge Sanchez Martins de Brito.

Data de nascimento — 10 de Julho de 1945.

Naturalidade — Montijo, concelho de Setúbal.

Qualificações académicas

Licenciatura em Engenharia Electrotécnica, pelo Instituto Superior Técnico, em 1969, com a média final de 13 valores.

Pós-graduado em Transportes Ferroviários (áreas de Planeamento, Gestão e Investimentos) pelo Instituto de Transportes e Planeamento (ITEP) da Escola Politécnica Federal de Lausanne (EPFL), em 1981.

Actividade profissional

1970 — admitido nos Caminhos de Ferro Portugueses (CP), tendo trabalhado na concepção e projecto de sistemas de sinalização e na regulamentação técnica de exploração ferroviária, integrado na Divisão de Sinalização e no Serviço de Estudos da Direcção-Geral de Produção e Equipamento.

1971-1975 — chefe de sector de regulamentação e segurança para a circulação ferroviária.

1975-1980 — adjunto do chefe do Serviço de Estudos de Transportes.

1980-1986 — chefe do Serviço de Estudos do Departamento de Transportes.

1986-1988 — director do Gabinete de Estudos e Desenvolvimento.

1988-1991 — director de Transportes da CP.

1991-1993 — administrador da CP.

1991-1993 — presidente do conselho de administração da Ferbritas, Empreendimentos Industriais e Comerciais, S. A.

1992-1993 — membro da comissão nomeada por despacho conjunto governamental para a condução do processo de concurso internacional para a concessão, estabelecimento, construção e exploração do eixo ferroviário norte-sul da região de Lisboa.

1991-1993 — chefe do consórcio português concorrente ao programa de privatização da rede suburbana de Buenos Aires lançado pelo Governo Argentino e assistido pelo Banco Mundial, com 1.º lugar atribuído no concurso de concessão da linha de Belgrano Norte.

1980-1990 e 1993 — consultor de política e de gestão ferroviária junto de entidades públicas e privadas do sector do transporte ferroviário.

1994-2002 — presidente da comissão executiva da Unidade de Suburbanos da Grande Lisboa da CP.

2002-... — presidente da comissão executiva da Unidade de Viagens Interurbanas e Regionais da CP.

Organizações internacionais onde participou

Membro da subcomissão de regulamentação e segurança da União Internacional dos Caminhos de Ferro (UIC), de 1972 a 1980.

Membro da comissão de transportes da UIC, de 1980 a 1986.

Membro convidado com comunicação apresentada no Congresso Pan-Americano dos Caminhos de Ferro, Rio de Janeiro, em Outubro de 1991.

Membro convidado do Congresso Mundial dos Caminhos de Ferro, Washington, 1992.

Presidente de *atelier* do Congresso Mundial dos Caminhos de Ferro (AICCF), Lisboa, Setembro de 1993.

Membro suplente da Comissão dos Presidentes e Directores-Gerais da Comunidade dos Caminhos de Ferro Europeus, de 1991 a 1993.

Membro da União Internacional do Transporte Público (UITP).

Resolução n.º 61/2002 (2.ª série). — O actual enquadramento do ICP — Autoridade Nacional de Comunicações (ICP — ANACOM) foi estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 309/2001, de 7 de Dezembro, diploma que aprovou os respectivos Estatutos.

O ICP — ANACOM é uma entidade independente no exercício das suas funções, com importantes atribuições e competências, cabendo-lhe a missão de assegurar a regulação, supervisão e representação do sector das comunicações, sector este que assume uma relevância crescente nas sociedades modernas.

Tendo terminado o mandato de todos os membros do conselho de administração, por decurso do prazo por que foram designados, importa proceder à nomeação do novo conselho.

Nos termos dos respectivos Estatutos, os membros do conselho de administração do ICP — ANACOM são nomeados por resolução do Conselho de Ministros de entre pessoas com reconhecida idoneidade, independência e competência técnica e profissional, características que seguramente se reconhecem no perfil das personalidades objecto da presente nomeação.

Assim:

Nos termos da alínea *d*) do artigo 199.º da Constituição e ao abrigo do artigo 21.º dos Estatutos do ICP — Autoridade Nacional de Comunicações, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 309/2001, de 7 de Dezembro, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Nomear, sob proposta do Ministro da Economia, os membros do conselho de administração do ICP — Autoridade Nacional de Comunicações, nos seguintes termos:

Presidente — Dr. Álvaro Cordeiro Dâmaso.

Vogais:

Engenheiro José Alfredo de Carvalho Saraiva Mendes.
Prof.ª Doutora Maria do Carmo Félix da Costa Seabra.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir da data da sua aprovação.

4 de Julho de 2002. — O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

Nota curricular

Álvaro Cordeiro Dâmaso

Presidente das Bolsas de Valores de Lisboa e do Porto.

Administrador-delegado das Bolsas de Valores de Lisboa e do Porto.

Presidente da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários.

Presidente do conselho de administração do Banco Comercial dos Açores.

Administrador da Bolsa de Valores de Lisboa.

Administrador do Banco Nacional Ultramarino.

Secretário Regional da Economia — Governo Regional dos Açores.

Membro do Comité das Bolsas de Valores da Comunidade Europeia.

Presidente da comissão directiva da Bolsa de Valores de Lisboa.

Deputado à Assembleia da República.

Secretário Regional do Planeamento e Finanças — Governo Regional dos Açores.

Secretário Regional do Trabalho — Governo Regional dos Açores.

Deputado à Assembleia Regional dos Açores.

Advogado.

Nota curricular

José Alfredo de Carvalho Saraiva Mendes

Presidente da APDC — Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações.

Administrador da GALP e-Nova.

Presidente da SETGÁS.

Administrador da GALP Energia.

Presidente da GDP Distribuição.

Administrador da TRANSGÁS.

Administrador da GDP — Gás de Portugal.

Administrador não executivo da PETROGAL.

Administrador da OPTEP (Março de 1998-Março de 1999).

Presidente da Portugal Telecom Internacional (Maio de 1996-Março de 1998).

Vogal não executivo do INETI — Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (1993-1996).

Presidente da Alcatel Comunicação de Empresa (1989-1995).

Membro do Conselho Nacional de Telecomunicações (1980-1986).

Administrador dos CTT/TLP (1978-1981).

Administrador da MARCONI (1976-1987).

Nota curricular**Maria do Carmo Félix da Costa Seabra****Graus académicos**

- 1997 — Agregação em Economia pela Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Economia.
 1987 — Doutoramento em Economia.
 1977 — Licenciatura em Economia pela Universidade Católica Portuguesa.

Trabalhos de investigação na área de telecomunicações

- «Universal Service: Does Competition Help or Hurt?», 1999, em colaboração com Pedro Pitta Barros, *Information Economics and Policy*, 11, 1999, 45-60.
 «Instrument Insufficiency in Access Pricing Regulation of Telecommunications», 1997, colaboração com António Nogueira Leite e Vasco Santos, em Philip Enslow, Pete Desrochers and Irene Bonifacio, eds., *Global Networking '97*, vol. 1, Oxford (UK): IOS Press. (1997).
 «Access Pricing Regulation», 1995, em colaboração com António Nogueira Leite e Diogo Lucena, *Rivista Internazionale di Scienze Sociali*, vol. CIII, n.º 1, 51-65.
 «Internationalization and Foreign Direct Investment in Telecommunications Services in Portugal», em colaboração com Diogo de Lucena, em Erik Bohlin e Ove Graanstand (editores), *The Race to European Eminence*, 1994, North-Holland.
 «The Design of Regulatory Institutions in Public Utilities in Portugal», 1994, em colaboração com António Nogueira Leite e Diogo Lucena, Working Paper n.º 229, FEUNL.
 «The Design of Regulatory Institutions in the European Union», 1994, em colaboração com António Nogueira Leite e Diogo Lucena, Working Paper n.º 230, FEUNL.
 «Tarificação nas telecomunicações», 1993, em colaboração com António Nogueira Leite, *Economia*, vol. XVII, n.º 3, 265-319 (uma versão preliminar deste artigo foi publicada como Working Paper n.º 231, FEUNL).
 «Natural Monopoly in Portuguese Telecommunications», 1993, *Applied Economics*, 25, 489-494.
 «Telecommunications in the EEC Countries: Present Situation and Evolution», 1993, em *European Economy*, n.º 3, European Commission.
 «Comportamento da Empresa Regulamentada: 'survey' da Literatura», 1984, Working Paper n.º 13, FEUNL.
 «Privatização da Portugal Telecom», 1996, *Nova Economia*, n.º 11, pp. 36-39.
 «A afectação do espectro radioelétrico português», 1991, mimeo.
 «Determinação da existência de monopólio natural nas telecomunicações exploradas pelos CTT», 1986, mimeo (tese).

Participações em conferências na área de telecomunicações

- «Implicações para a regulação das alterações em curso no sector das telecomunicações», apresentado no 6.º Congresso da APDC, Lisboa, 1996.
 «Optimal Access Pricing», apresentado no International Meeting of the International Telecommunications Society, Sevilha, 1996, em colaboração com António Nogueira Leite e Vasco Santos.
 «Access Pricing and the B-W rule», apresentado no Workshop on Access Pricing, organizado no âmbito da rede europeia, financiada pela EC, sobre a análise da regulamentação nos sectores de telecomunicações, energia e gás, Milão, 1995, em colaboração com António Nogueira Leite e Diogo de Lucena.
 «Regulation of Telecommunications in the EU», apresentado num *workshop on regulation*, organizado no âmbito da *network* europeia, financiada pela EC, sobre a análise da regulamentação nos sectores de telecomunicações, energia e gás, Praga, 1995, em colaboração com António Nogueira Leite e Diogo de Lucena.
 «The internationalization of Portuguese Telecommunications Operators» apresentado no International Meeting da International Telecommunications Society, Telavive, 1994, e no European Regional Meeting, Suécia, 1994, em colaboração com Diogo de Lucena.
 «Empirical characterization of a natural monopoly», apresentado no International Meeting of the International Telecommunications Society, Budapeste, 1992.
 «Natural Monopoly in Portuguese Telecommunications», apresentado no International Meeting of the International Telecommunications Society, em Veneza, 1990, e no Annual Meeting of the European Economic Association, Bolonha, 1989.
 «Integração em *network* Europeia», financiada pela CE, envolvendo várias universidades, cujo objectivo é a análise da regulamentação nos sectores de telecomunicações, energia e gás, desde 1993.

Cursos leccionados nesta área

Durante três anos, na Faculdade de Economia, um curso em Microeconomia:

Aplicações às Telecomunicações, integrado no mestrado em Economia Aplicada da Faculdade de Economia da UNL.

Em 2000-2001 curso em Economia Postal (cerca de vinte horas lectivas) dado no âmbito do MBA da Faculdade de Economia da UNL para os CTT.

Resolução n.º 62/2002 (2.ª série). — Nos termos do artigo 9.º do Estatuto do Instituto de Seguros de Portugal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2001, de 13 de Novembro, compete ao Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Finanças, nomear os membros do conselho directivo do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) de entre pessoas com reconhecida idoneidade, independência e competência, designadamente no âmbito das atribuições do ISP.

Considerando a necessidade de preencher o cargo de vogal do conselho directivo do mencionado Instituto e encontrando-se reunidas as condições para se processar a referida nomeação:

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, e ao abrigo do artigo 9.º do Estatuto do Instituto de Seguros de Portugal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2001, de 13 de Novembro, o Conselho de Ministros resolve:

Nomear, sob proposta da Ministra de Estado e das Finanças, o Dr. Rui Carlos Alvarez Carp, para o cargo de vogal do conselho directivo do Instituto de Seguros de Portugal.

11 de Julho de 2002. — O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

Curriculum vitae**Identificação**

Nome — Rui Carlos Alvarez Carp.
 Data e local de nascimento — 21 de Abril de 1950, Lisboa.
 Estado civil: casado, quatro filhos.

Habilitações académicas

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia (1973-1974) (actual ISEG) com a qualificação de *Bom*. Curso de pós-graduação em Análise Económica Avançada e Economia Pública (Universidade Nova de Lisboa) (1975).

Actividade universitária

Exerce funções docentes no ISEG desde 1977-1978, onde actualmente é professor associado convidado (desde 1990) na licenciatura de Economia (disciplinas: Finanças Públicas/Política Orçamental), em cursos de pós-graduação e mestrados. Tem orientado teses de mestrado.
 Lecciona Política Económica na FCH da Universidade Católica Portuguesa e Finanças Públicas e Fiscalidade Europeia em cursos de pós-graduação noutras universidades.

Actividade profissional

É assessor principal no quadro da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Ministério das Finanças.
 Foi administrador da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (1990-1996), da PROMINDUSTRIA (1990-1992) e presidente do CA da COMNEXO (1994); presidente ou vogal dos conselhos fiscais de várias empresas e instituições, entre as quais a Caixa Geral de Depósitos, UNISOFT, Fundação de Calouste Gulbenkian, Fundação Ricardo Espírito Santo e Sol-Leasing (grupo BFB).
 Foi director-geral da Contabilidade Pública (1984-1986); membro da Comissão de Reforma do Tribunal de Contas (1982-1984); membro da Comissão sobre Capacidade de Orçamentar e do Comité des Hauts Responsables du Budget, ambos da OCDE (1984-1985).

Actividade política (governativa e parlamentar)

Secretário de Estado do Orçamento (e Função Pública) (1985-1990); Subsecretário de Estado do Orçamento (1980); adjunto do Secretário de Estado das Finanças (1976).
 Deputado eleito por Lisboa em 1985, 1987 e 1991, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD e coordenador para os assuntos económicos na Comissão Parlamentar da Economia, Finanças e do Plano, vice-presidente da Comissão Parlamentar dos Assuntos Europeus, presidente (1994-94) da Comissão para os Assuntos Económicos e Científicos da Assembleia Parlamentar da OSCE (sessões de Budapeste e Helsínquia).